

Nome: _____

N. de inscrição: _____

Assinatura: _____

1. Nesta prova constam 25 (vinte e cinco) questões objetivas e 03 (três) questões discursivas. Confira antes de iniciá-la.
2. Esta é a única **folha de respostas** para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
3. Tempo de duração da prova: 5h (cinco horas).
4. Não será permitido ao candidato levar este caderno de questões.

Folha de Respostas

1	(A)	(B)	(C)	(D)
2	(A)	(B)	(C)	(D)
3	(A)	(B)	(C)	(D)
4	(A)	(B)	(C)	(D)
5	(A)	(B)	(C)	(D)
6	(A)	(B)	(C)	(D)
7	(A)	(B)	(C)	(D)
8	(A)	(B)	(C)	(D)
9	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)
21	(A)	(B)	(C)	(D)
22	(A)	(B)	(C)	(D)
23	(A)	(B)	(C)	(D)
24	(A)	(B)	(C)	(D)
25	(A)	(B)	(C)	(D)

RASCUNHO

1. Além dos princípios aplicáveis à administração pública que estão expressos no texto da Constituição, a doutrina aponta a existência de outros que, apesar de não constarem expressamente no texto da Carta Política, dele são extraídos. Considerando essa premissa, assinale a alternativa que aponta exclusivamente princípios constitucionais implícitos da administração pública:

- a) legalidade e eficiência;
- b) moralidade e proporcionalidade;
- c) impessoalidade e eficiência;
- d) segurança jurídica e proporcionalidade.

02. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo a teoria dos motivos determinantes, o ato administrativo tem sua validade vinculada aos motivos concretamente expostos, ainda que não seja exigida a motivação;
- b) A presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos sempre presentes nos atos administrativos, tendo em vista a peculiaridade do regime jurídico de direito público;
- c) A presunção de legitimidade dos atos administrativos afigura-se apenas relativa (*juris tantum*), considerando que pode ser elidida por prova em sentido contrário;
- d) A autoexecutoriedade pode ser definida como a possibilidade de os atos administrativos serem postos em execução diretamente pela Administração, por meios coercitivos próprios, sem que haja a necessidade de intervenção prévia do Poder Judiciário.

3. Na celebração de contratos administrativos, as cláusulas exorbitantes conferem certas prerrogativas à Administração Pública em detrimento do particular. Assinale a alternativa que NÃO constitui uma cláusula exorbitante no direito brasileiro:

- a) Possibilidade de aplicar diretamente ao contratado sanções de natureza administrativa, prescindindo, para tanto, de manifestação do Poder Judiciário;
- b) Prerrogativa de ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo, quando o contrato administrativo tem por objeto a prestação de serviço essencial.;
- c) Possibilidade de alteração unilateral do contrato pela Administração, dentro dos limites previstos em lei;
- d) inaplicabilidade do princípio da *exceptio non adimpleti contractus* (exceção de contrato não cumprido) nos contratos administrativos, o que impossibilita o particular de em qualquer caso opor esse princípio em face da Administração Pública, em face da supremacia do interesse público sobre o particular.

4. A respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A disposição constitucional que versa sobre a responsabilidade civil objetiva do Estado também se aplica aos atos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista exploradoras de atividade econômica;
- b) Como regra geral, prevalece o entendimento de que a responsabilidade objetiva do Estado deve seguir a teoria do risco administrativo;
- c) Como regra geral, prevalece o entendimento de que a responsabilidade objetiva do Estado deve seguir a teoria do risco integral;
- d) As pessoas jurídicas de direito privado, ainda que prestadoras de serviços públicos, submetem-se ao regime da responsabilidade civil subjetiva, seguindo expressa disposição da Constituição Federal.

5. Assinale a alternativa que NÃO indica uma característica do regime jurídico dos bens públicos:

- a) prescritibilidade;
- b) inalienabilidade ou alienabilidade condicionada;
- c) impenhorabilidade;
- d) não onerabilidade.

6. Compete à Justiça Federal de 1º grau:

- a) O processamento e o julgamento de contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- b) Julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no Brasil.
- c) Processar e julgar *habeas corpus* quando a autoridade coatora for juiz federal lotado na mesma Seção Judiciária.
- d) Julgar as causas relativas a crimes cometidos em aeronave pertencente às Forças Armadas.

7. Assinale a alternativa CORRETA, conforme a Constituição Federal:

- a) São imprescritíveis, dentre outros, os crimes de racismo, tortura, terrorismo e tráfico de drogas.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) Há vedação absoluta às penas cruéis, de caráter perpétuo e de trabalhos forçados.
- d) Embora a Constituição estabeleça como direito fundamental o direito de propriedade, nela não há previsão sobre o atendimento da função social da propriedade.

8. Em relação ao controle de constitucionalidade, marque a assertiva CORRETA.

Considere: ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade e ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

- a) O Supremo Tribunal Federal entende não ser possível a conversão de ADPF em ADI (fungibilidade), uma vez que qualquer equívoco configura erro grosseira, dada a especificidade de cada ação.
- b) É cabível ADI contra decreto regulamentar de lei estadual.
- c) A alteração do parâmetro constitucional (modificação do dispositivo constitucional expresso supostamente violado pelo ato normativo contestado) não prejudica o conhecimento da ADI. Nesse caso, o julgamento deverá levar em consideração a norma alterada, ou seja, se a lei violava a redação do parâmetro constitucional ao tempo do ajuizamento da ADI.
- d) Julgada improcedente ADI que constatava a constitucionalidade formal de uma lei, essa mesma lei não poderá ser declarada inconstitucional em julgamento de ADI posterior, ainda que pelo aspecto material do ato normativo.

9. Sobre as disposições acerca da Previdência Social estabelecidas na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) possui caráter contributivo e filiação facultativa aos que recebem menos de 05 (cinco) salários mínimos ou àqueles que optem pelo regime de previdência privada.
- b) Os benefícios “salário-família”, “salário-maternidade” e “auxílio-reclusão” são devidos apenas aos segurados baixa renda.
- c) É possível a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em favor dos segurados com deficiência, ainda que inexistam leis complementares definindo a matéria.
- d) Nenhum benefício previdenciário poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo, exceto quando não substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado.

10. Segundo o Código Civil brasileiro, cessará, para os menores, a incapacidade:

- a) pela existência de relação de emprego, se em função dela o menor com dezesseis anos completos tiver economia própria;
- b) pela união estável com pessoa maior de idade;
- c) por concessão do pai, ou da mãe, quando esta tiver a guarda do filho, mediante instrumento público ou particular com firma reconhecida, se o menor tiver quinze anos completos;
- d) pelo exercício de cargo público de provimento em comissão.

11. Sobre os direitos da personalidade, aponte a única alternativa INCORRETA:

- a) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, com exceção das hipóteses previstas em lei;
- b) a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é juridicamente inválida em qualquer hipótese, ainda que tal disposição tenha objetivo científico ou altruístico;
- c) não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização;
- d) a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

12. Acerca das pessoas jurídicas, aponte a alternativa CORRETA:

- a) as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvada a possibilidade de ação regressiva contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, dolo ou culpa;
- b) são exemplos de pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras de Vereadores e os Tribunais de Contas;
- c) os partidos políticos e as empresas públicas são considerados pela legislação brasileira como pessoas jurídicas de direito público interno;
- d) o patrimônio da pessoa jurídica confunde-se com o dos seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

13. Aponte a única alternativa INCORRETA em relação à prescrição e à decadência:

- a) violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos previstos no Código Civil;
- b) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;
- c) não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes;
- d) aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

14. João José, domiciliado em São Luís/MA, pretendendo ser ressarcido dos danos provocados em seu automóvel por um veículo pertencente ao Ministério da Saúde, em virtude de um acidente ocorrido na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, durante o período de férias, procurou um advogado, que propôs a demanda na Justiça Federal da Seção Judiciária do Ceará. Citada, a União arguiu a incompetência do Juízo. Nessa hipótese, a arguição de incompetência deve ser:

- a) rejeitada, pois, como o fato que originou a demanda ocorreu em Fortaleza, a ação podia ser proposta na Justiça Federal do Estado do Ceará;
- b) rejeitada, porque a incompetência do Juízo não pode ser alegada na contestação, devendo ser arguida por meio de exceção de incompetência, em autos apartados;
- c) acolhida, pois João deveria propor a ação no foro de seu domicílio ou no Distrito Federal;
- d) acolhida, pois a ação contra a União deveria ser proposta no Distrito Federal, sede da capital da República.

15. Acerca da suspensão do processo, aponte a única alternativa CORRETA:

- a) O processo pode ser suspenso por convenção das partes por até 02 (dois) anos;
- b) Suspende-se o processo quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai;
- c) A arguição de suspeição do juiz não suspende o processo;
- d) Falecido o autor, e sendo transmissível o direito em litígio, o juiz determinará a intimação do réu para que manifeste interesse na sucessão processual e promova a habilitação do espólio da parte contrária.

16. Em relação aos atos processuais, marque a única opção INCORRETA:

- a) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito aos procuradores das partes;
- b) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso;
- c) O documento redigido em língua estrangeira poderá ser juntado aos autos, desde que esteja acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado;
- d) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

17. Marque a única alternativa CORRETA no que diz respeito aos Juizados Especiais Federais Cíveis:

- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças;
- b) Não se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível as causas de natureza previdenciária;
- c) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como rés, a União, autarquias, fundações e sociedades de economia mista federais;
- d) Nas causas do Juizado Especial Federal Cível, não haverá reexame necessário.

18. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, bem como no momento em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) diferentemente da contagem do prazo processual, a contagem do prazo penal exclui de seu cômputo o dia do começo.
- c) as regras gerais do Código Penal aplicam-se a fatos incriminados por lei especial, mesmo que estas disponham de modo diverso.
- d) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

19. Assinale a alternativa CORRETA

- a) O crime é consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal e é tentado quando, iniciada a execução, o agente desiste de prosseguir-la ou impede que o resultado se produza.
- b) O crime é punido a título culposo somente nos casos expressos em lei, assim como a ação penal só é privativa do ofendido quando a lei expressamente a declara.
- c) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final condenatória, regula-se pelo mínimo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- d) A prescrição em abstrato ocorre em 8 (oito) anos para um crime cuja pena máxima é de 5 (cinco) anos.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou.
- b) O avô de Maria das Neves faleceu, deixando um cartão de saque de benefício do INSS com a respectiva senha. Para poder continuar sacando o benefício de seu avô, Maria deixou de comunicar o óbito aos órgãos públicos. Maria, então, sacou as parcelas do aposento de seu avô durante os 2 (dois) anos seguintes ao falecimento dele. Nessa hipótese, Maria cometeu o delito de furto mediante fraude (art. 155, §4, II, CP).
- c) O crime de estelionato é de natureza formal.
- d) Os crimes de estelionato e moeda falsa são punidos na modalidade culposa.

21. O funcionário público que recebe para si, em razão de sua função, vantagem indevida no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), pratica o crime de:

- a) peculato
- b) concussão
- c) corrupção passiva
- d) corrupção ativa

22. De acordo com o Sistema Processual Penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) a autoridade policial pode determinar livremente o arquivamento do inquérito policial.
- b) o inquérito policial consiste em procedimento dotado de jurisdição imprescindível para o oferecimento da ação penal.
- c) o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- d) os instrumentos do crime não precisam acompanhar os autos do inquérito policial.

23. De acordo com o Sistema Processual Penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do ministério público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do ministro da justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação para fins de ação penal passará exclusivamente ao ascendente ou descendente.
- c) a representação para fins de ação penal será sempre retratável em qualquer fase da instrução judicial e homologada pelo juízo competente.
- d) o Ministério Público poderá desistir da ação penal.

24. De acordo com o Sistema Processual Penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência regular-se-á pelo domicílio do réu.
- b) a competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária local em todas as situações, inclusive a do tribunal do júri.
- c) a competência pela prerrogativa de função é sempre do supremo tribunal federal, relativamente a todas as autoridades do país, no caso de crimes de responsabilidade.
- d) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

25. De acordo com o Sistema Processual Penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) quando a infração deixar vestígios será dispensável o exame de corpo de delito, desde que haja a confissão do acusado.
- b) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- c) as medidas cautelares serão aplicadas sempre isoladamente.
- d) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 8 (oito) anos.

N. de inscrição: _____

QUESTÃO 1.

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra João Beltrano da Silva pela suposta prática de 4 (quatro) crimes de peculato, em concurso material (art. 312 c/c art. 69 do Código Penal).

A denúncia narra que João Beltrano, valendo-se de sua condição de empregado público da Caixa Econômica Federal, agência Centro Histórico, em São Luís/MA, desviou, em proveito próprio, valores mantidos em contas vinculadas ao FGTS de terceiros.

Os desvios teriam ocorrido nas datas de 03/05/2019, 15/05/2019, 03/06/2019 e 14/06/2019, cada um no valor de R\$ 300,00, e tinham como destino uma conta titularizada pelo próprio acusado. O prejuízo total causado ao banco foi estimado em R\$ 1.200,00.

Segundo a inicial, o acusado confessou os fatos tanto na sindicância administrativa quanto no interrogatório policial. Teria ele afirmado que desviou os valores porque precisava urgentemente de R\$ 1.200,00 para quitar uma dívida pessoal, mas posteriormente os devolveria. Teria dito, ainda, que fracionou os desvios em parcelas de R\$ 300,00 apenas para dificultar a detecção dos desfalques, mas seu objetivo era apropriar-se somente de R\$ 1.200,00.

A denúncia aduz, por fim, que o acusado efetuou a reparação do dano causado com a infração penal ao restituir à CAIXA os R\$ 1.200,00 desviados.

Você, na condição de estagiário, recebe o processo para análise. Com base somente nas informações apresentadas e nos dispositivos legais abaixo transcritos, responda:

a) De quem é a competência para processar e julgar o fato narrado? Fundamente.

b) Qual a consequência da reparação do dano por João Beltrano? Ela impede a instauração/prosseguimento do processo penal ou torna o fato atípico?

c) Atento à orientação dominante do STJ sobre o tema, aplica-se o princípio da insignificância ao crime em tela (peculato)?
Fundamente.

d) Caso a defesa do acusado alegue que não houve concurso material no caso narrado, mas sim continuidade delitiva, tem procedência essa alegação? Fundamente.

Peculato

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Concurso material

Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

Crime continuado

Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2020

N. de inscrição: _____

Questão 2. Discorra, objetivamente, sobre o instituto do controle de constitucionalidade, abordando os seguintes pontos: conceito, pressupostos e modalidades/classificações. (15 linhas)

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO